

Roda de Conversa

Territórios Indígenas: Desafios para sua proteção, gestão e uso sustentável

Sistematização das Informações – Versão 1

Abertura (Beto Ricardo): Há 238 povos e ao redor de 900 mil índios no Brasil. 135 grupos têm uma população menor que mil pessoas, 12 entre 10 e 30 mil e há 3 acima de 30 mil. 49 povos são transfronteiriços. Após a CF de 1988, que assegurou o direito dos indígenas a terras, a destinação concentrou-se na região amazônica. Lá, vive 50% da população indígena e concentra 98% das terras demarcadas, enquanto que os outros 50% estão confinados a uma área equivalente 2% do total. Há crescente interesse na exploração econômica do subsolo dessas áreas, por parte das empresas de mineração, além de exploração de outros recursos naturais, sobretudo energéticos, por parte do Governo Federal.

Foi passado o vídeo intitulado “Genocídio Brasileiro”, gravado por Vincent Carelli, do projeto Vídeo nas Aldeias, e que inclui um simbólico depoimento de Elpídio Pires, do povo Guarani-Kaiowá. (vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=WfEkpkosMKs>)

Demarcações de Terras

- A restrição à demarcação garantida na CF opõe índios e brancos e cria conflitos. Já foi comprovado que a grande maioria da população apoia a causa indígena e as demarcações, falta implementar. (André Baniwa)
- Há forte pressão por redução dos direitos e insegurança jurídica em relação às demarcações já realizadas, para pequenas e grandes reservas. Direito à terra é anterior à Constituição, da criação do Estado, e, portanto, deve ser dada prioridade aos povos indígenas nas negociações que se considere de interesse da nação. (André Baniwa)
- Não há sentido que a mesma lei resulte em grandes extensões de terra na Amazônia e tão poucas terras no Centro-Oeste. (Márcio Santilli)
- Existe prerrogativa legal e, em alguns estados (ex. RS e MS), inclusive, fundos para indenização de terras e desapropriação de proprietários para demarcação de terras indígenas. Há também terras confiscadas de traficantes, por exemplo, que estão paradas na União. Não há muita vontade política e há tendência de demarcação de áreas totalmente degradadas, com grande passivo de recuperação. (Michael Nolan)
- Os processo de demarcações de terras estão relativamente parados, para os quilombolas ainda mais pois dependem do INCRA para as demarcações, e a PEC 215, se aprovada, tende a agravar essa situação. (Michael Nolan)

Uso sustentável de territórios

- Na região amazônica, onde há mais terras, quando índios tentam fazer algo diferente, é proibido por não fazer parte de seus costumes. Assim cresce a pressão externa pelo uso dos recursos, pois parece uma terra subutilizada. (André Baniwa)
- Constituição Federal é ambígua quanto ao uso de recursos em áreas indígenas. Portanto, questão indígena fica subjulgada, por exemplo, à Política Energética. (Márcio Santilli)

- Recursos destinados aos índios como compensação pelos grandes projetos podem ser positivos se em forma de um Projeto, um Programa, liderado por aquela associação, por aquele povo, visando à sustentabilidade das terras e povos indígenas. (André Baniwa)

Participação no processo decisório e processo político

- Convenção 169 da OIT não resolve nenhum problema, pois na prática, índios não tem viabilidade para negar projeto. (Márcio Santilli)
- Deve haver uma regulamentação do que é uma consulta prévia. Os consultados devem receber as informações em sua linguagem, ter seu tempo hábil para avaliação e devem ter a prerrogativa de negar a viabilidade de um projeto. (Michael Nolan)
- Índios não tem representatividade garantida no poder legislativo brasileiro. Poderiam contar com uma cadeira no Senado, por exemplo, caso passe a existir prerrogativa legal para tal. Ou pelo menos que o Congresso fosse realmente consciente da causa indígena, através de programas de intercâmbio, etc. (André Lima, André Baniwa e Márcio Santilli)

Novos rumos para Política Indigenista

- Brasil já caminhou suficiente e pode propor uma política indigenista de cunho positivo, em lugar de correr atrás do prejuízo e da administração de conflitos, desvinculada da geração de energia ou da extração de minério. (Márcio Santilli)
- FUNAI deve ter um orçamento maior e um quadro mais “forte” para que possa propor e executar estratégias desse tipo. (Márcio Santilli e Marta Azevedo)
- Transferência da procuradoria da FUNAI, entre outras autarquias, para a alçada da AGU fragilizou processo de defesa de causas individuais dos índios. (Michael Nolan)
- Há um processo de criminalização de lideranças indígenas e impunidade para os crimes contra os índios que deve ter uma solução. (Michael Nolan)
- Pagamento por serviços socioambientais é um caminho para uma política indigenista positiva, conectada com uma política de gestão territorial sustentável. (Márcio Santilli)
- Poderia ser criada uma agência comum para destinação de terras, que envolvessem as questões sociais e ambientais, concentrando algumas das funções do INCRA, FUNAI e ICMBio. Isso poderia dar à agenda socioambiental um cunho mais positivista e integrado para o desenvolvimento sustentável. (Márcio Santilli, André Lima e Capobianco)
- Há instrumentos econômicos que poderiam incentivar a criação, manutenção e gestão sustentável de terras indígenas, nos moldes do FPE Verde. (André Lima) Estes poderiam ser financiados, por exemplo, pelo agronegócio em regiões como o Centro-Oeste, que tendem a deixar a conta apenas para o Governo. (Marta Azevedo)
- É necessário que o conhecimento sobre os índios se difunda na sociedade, para que eles não sejam extintos das mentes das pessoas. Esse contato, intercâmbio, valorizaria a criação de uma política de cunho positivo. Por exemplo, 85% de nossa alimentação é com plantas exóticas, enquanto há uma diversidade imensa nos territórios indígenas (Beto Ricardo e André Baniwa)
- Há muito que se avançar na esfera administrativa da política indigenista, com servidores da FUNAI com carreira própria, por exemplo. (Marta Azevedo)
- Saúde e educação indígenas são precárias. Se são territórios federais e há a FUNAI, não há sentido em que os recursos passem pela burocracia dos estados. (André Baniwa)